



PÔSTER: UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DO ABORTO ENTRE ADOLESCENTES DE 14 A 17 ANOS

Maria Eduarda Graça Silva de Lima (Aluna do 2.º ano do Ensino Médio do Colégio Bem Jesus). Heloisa Marthaus, (Aluna do 2.º ano do Ensino Médio do Colégio Bem Jesus). Cornélio Schwambach (Mestre em Engenharia da Produção. Professor do Colégio Bom Jesus e da FAE Centro Universitário).

Contato: dudalima052@hotmail.com
helomarthaus@hotmail.com
cornelio.schwambach@fae.edu



UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DO ABORTO ENTRE ADOLESCENTES DE 14 A 17 ANOS

Alunas: **Heloisa Marthaus; Maria Eduarda Graça Silva de Lima**
Orientador: **Cornélio Schwambach**

INTRODUÇÃO

Calcula-se que, no Brasil, o número de mulheres que já realizaram o aborto ultrapassa os 5 milhões. Apesar de, na maioria dos casos, ser proibida por lei, a interrupção da gravidez é feita por uma a cada cinco mulheres brasileiras ao longo da vida. O assunto ainda é alvo de muitas controvérsias, fazendo com que pessoas que se encontram na situação de uma gravidez indesejada e desejam realizar o aborto não procurem ajuda especializada ou mesmo dialoguem com família e amigos. Dessa forma, o procedimento é realizado clandestinamente, muitas vezes de forma insegura e em más condições de higiene. Isso faz com que muitas delas acabem em hospitais ou até mesmo morram. Assim, o problema precisa sair da esfera penal e adentrar aspectos sociais, fazendo-se necessária a tomada de novas medidas.

OBJETIVOS

Esse projeto visa compreender mais claramente a visão e conhecimento acerca do aborto de jovens de 14 a 17 anos - uma faixa etária em formação e que no futuro pode ter de lidar com a difícil questão de interromper uma gravidez.

METODOLOGIA

A análise da visão e conhecimento sobre o aborto se deu por meio da aplicação de um questionário composto por 3 partes para o grupo de amostra. A primeira parte aborda a questão do aborto, com suas implicações ideológicas e penais. A segunda trata de uma forma mais direta essas mesmas questões, com perguntas de "sim" ou "não". A terceira refere-se a aspectos relacionados à gravidez, utilizando-se da escala Likert. O grupo de amostra engloba adolescentes do sexo feminino entre 14 e 17 anos, tanto de escolas públicas quanto particulares.

RESULTADOS

Com os dados escolhidos é possível inferir que as jovens de escolas públicas frequentemente consideraram mulheres com risco de vida e vítimas de estupro como casos em que o aborto é legalizado no Brasil. A anencefalia, porém, não representa porcentagem considerável. A autorização para a realização legal do aborto em casos de feto anencefalo foi concedida pelo STF em 2012. Se faz possível perceber que as adolescentes, muitas vezes, não diferenciam anencefalia e hidrocefalia.

Em contrapartida, a pesquisa revelou que grande parte das jovens que frequentam escolas particulares tem domínio sobre a legalidade do aborto no Brasil. As opções que predominam (estupro, risco de vida e anencefalia) correspondem aos casos que a interrupção da gravidez é permitida atualmente. Além disso, é possível perceber que há diferenciação entre anencefalia e hidrocefalia, o último correspondendo a menos da metade do primeiro.



Gráfico 1. Fonte: Próprio autor.



Gráfico 2. Fonte: Próprio autor.

Os dados também demonstraram um desconhecimento da legislação acerca do direito do pai de se pronunciar sobre o aborto, que, segundo a legislação brasileira em que a interrupção é permitida, é uma decisão exclusiva da mãe. Além disso, a porcentagem de meninas que acreditavam que o pai tem o direito em escolas públicas foi visivelmente maior (chegando a quase 80%).

CONSIDERAÇÕES

A análise dos dados mostra que o conhecimento das adolescentes no que rege o aborto ainda é muito restrito, principalmente entre as que frequentam escolas públicas. Percebe-se uma divergência no que diz respeito às situações em que a interrupção da gravidez deveria ser permitida e a aspectos morais, como o início da vida humana. Dessa forma, é necessária uma ampliação do debate e elaboração de políticas públicas para ampliar o conhecimento da população sobre o aborto e suas consequências, além de novas decisões no âmbito judiciário.

REFERÊNCIAS

- DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. Ciência e Saúde Coletiva, 15, p.959-966.2010
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Aborto e Saúde Pública no Brasil: 20 anos. Série B. Textos Básicos da Saúde. Brasília, 2009
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Atenção Humanizada ao Abortamento. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília, 2011